



**Universidade Federal De Sergipe**  
**Centro de Educação e Ciências Humanas**  
**Departamento de História**

JOSICARLA SANTOS MACHADO

**RELATOS DE UM “MERCENÁRIO” NA  
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL:**

A memória biográfica de Thomas John Cochrane (1823-1825)

São Cristóvão- SE

Maio/2016

JOSICARLA SANTOS MACHADO

**RELATOS DE UM “MERCENÁRIO” NA INDEPENDÊNCIA DO  
BRASIL:**

A memória biográfica de Thomas John Cochrane (1823-1825)

Monografia de Licenciatura apresentada à  
Universidade Federal de Sergipe como  
requisito de finalização da disciplina Prática  
de Pesquisa e Conclusão do curso.  
Orientadora Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Edna Maria Matos  
Antônio.

São Cristóvão/2016

## **AGRADECIMENTOS**

Diante de todo percurso da graduação, só tenho a agradecer à Deus e a Nossa Senhora de Guadalupe por me proporcionar mais uma conquista, de muitas em minha vida. Obrigado por dar-me sabedoria, coragem e virtude diante dos tropeços da vida acadêmica.

Rendo meus agradecimentos a toda minha família que sempre incentivou-me, a figura da minha mãe Jaci, meu pai Carlinhos, meus irmãos John e Mislen que aturaram meu mal humor no período de provas e termino deste trabalho e a minha tia Jarlene que sempre acreditou em mim.

Deixo meu obrigado a todos os meus amigos, em especial a Maria Aline, Mayra, Taynara que sempre me abrigaram em suas casas, Mislene pela força para continuar em frente e por todas as conversas e trabalhos juntos, aos demais por acreditarem em minha capacidade de vencer este desafio e por todas as orações a mim endereçadas.

Sou grata a todos os professores que contribuíram para minha formação, por fim a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Edna Matos que auxiliou -me nesta empreitada, utilizando de muita paciência para comigo.

Sem mais delongas, a todos muito obrigado!

## **RESUMO**

Diversas lutas, a respeito da recusa do projeto de Independência e da centralidade política no Rio de Janeiro envolvendo principalmente as regiões do Norte como Bahia, Pará e Maranhão exigiram do Imperador D. Pedro I um preparo da Marinha Imperial, para auxiliá-lo com afinco na luta contra os interesses portugueses divergente com a ruptura do Brasil, Portugal e Algarves. É nesse contexto de conflitos políticos provinciais associado ao projeto de independência brasileira que faz-se necessário a contratação de oficiais ingleses, dos quais a fama arrastou-se pela historiografia como mercenários, não adicionando importância a sua contribuição para com o Brasil, ou ainda cedendo espaço para ouvir sua versão da história. Nesta perspectiva escolhemos trabalhar com a Nova História política, aliado a Nova História da Independência, bem como trabalhar com a Memória biográfica na análise do Diário Militar “Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa de Thomas John Cochrane, 10th Earl Don Donald, 1775-1860” buscando compreender o processo da consolidação da Independência, a partir do olhar deste oficial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Independência, Províncias do Norte, Lorde Cochrane.

## **ABSTRACT**

Several fights, concerning the refusal of the independence project and political centrality in Rio de Janeiro involving mainly the regions of North and Bahia, Pará and Maranhão demanded the Emperor D. Pedro I made a preparation of the Imperial Navy, to assist you hard in the fight against the Portuguese divergent interests with the rupture of Brazil, Portugal and the Algarve. It is in this context of provincial political conflicts associated with the Brazilian independence project that it is necessary to hire British officers, of whom fame crawled by historiography as mercenaries, not adding importance to its contribution to Brazil, or giving space to hear his side of the story. In this perspective we choose to work with New Political History, combined with New History of Independence, as well as working with the biographical memory in analyzing the Daily Military "Narrative services in freeing the Brazil of the Portuguese domination of Thomas John Cochrane, 10th Earl Don Donald, 1775-1860 "trying to understand the independence of the consolidation process, from the look of this officer.

**KEYWORDS:** Independence, North Provinces, Lord Cochrane.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1. CONTEXTO DA INDEPENDÊNCIA.....	13
2. ENTRAVES NA BAHIA.....	24
3. A CONTRATAÇÃO DE MERCENÁRIOS.....	30
3.1.PEDRO LABATUT.....	31
3.2. MERCENÁRIOS, CORSÁRIOS, CAÇADORES DE BUTIM.....	32
3.3. INDEPENDÊNCIA NO MARANHÃO, LEGITIMAÇÃO DA AUTONOMIA COCHRANE.....	35
4. O DIÁRIO MILITAR DE COCHRANE.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
FONTE.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

## INTRODUÇÃO

A Independência da América portuguesa sempre foi vista, por uma historiografia tradicional, como um movimento pacífico em que o poder foi naturalmente transferido de pai para filho, sem lutas, sem guerras, sem povo nas ruas. Essa versão sempre ajudou a fortalecer o mito de que o povo brasileiro é um povo pacífico.

Entretanto, a historiografia das últimas décadas tem revelado um processo complexo e violento, onde muitos desconhecem a contribuição dos “mercenários” como Cochrane para a história da Independência brasileira, pois por muitos anos vigorou a História dos grandes homens e D. Pedro era visto como único responsável pela Independência do Brasil pelo famoso Grito do Ipiranga.

Salientamos ainda que o desconhecimento acerca da atuação destes homens no Brasil é intrigante e dá-nos determinação para levar adiante a chamada Nova história da Independência, já que por diversos anos pensamos numa independência encabeçada por D. Pedro, eis que conhecemos a figura do José Bonifácio e da rainha Leopoldina nos bastidores dessa história, logo nos debruçamos sobre “os mercenários” como figuras que marcaram efetivamente sua presença na Guerra da Independência.

Utilizamos nessa empreitada “Independência: História e historiografia” de István Jancsó como bússola para a compreensão das guerras da Independência e como a historiografia retrata a Independência nos tempos atuais. Nos debruçamos sobre a obra “O Império do Brasil” de Lúcia Neves para compreender o contexto da Revolução do Porto e os interesses em disputa naquele momento.

Para nos auxiliar usamos “História do Brasil: uma interpretação” de Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota como uma análise a respeito da Independência do Brasil e da figura de Lorde Cochrane. Em contraponto utilizamos Francisco Adolfo de Varnhagen em seu livro “História da Independência do Brasil” que elenca o

desencadeamento e as consequências da separação de Brasil e Portugal, quanto os demais entraves nas divergentes regiões brasileira, em especial, no norte.

Outra obra referencial é “A Revolução e Contra- revolução da Independência” de José Honório Rodríguez que frisou a luta popular no processo de independência do Brasil, caracterizando o momento de tensão da Guerra da Independência como cruento e o pós-independência como incruento.

A contribuição de Raimundo Faoro por meio do estudo clássico “Os donos do poder” fomenta e analisa a continuidade do Estado no processo político brasileiro, logo percebemos que após a independência a estrutura estamental de poder patrimonialista continua a mesma. Foi útil ainda a consulta ao “Diccionario das Batalhas brasileiras” de Hernani Nonato, com “Os mercenários do Imperador” de Saldanha e demais trabalhos acadêmicos, a fim de basilar nosso estudo.

Já como referencial teórico, o fundamento deste trabalho é baseado em fonte histórica que frisa a vida de um dos personagens que teve atuação importante na história do nosso país. Não temos por objetivo exaltar a personagem Lorde Cochrane; ao contrário, buscaremos compreender seu ponto de vista a respeito da Independência Brasileira através de seu Diário Militar, integrado ao conhecimento produzido por especialistas da área aos escritos deste.

Nosso objeto de estudo compartilha das concepções da Nova história política, ao passo que percebemos as mudanças paradigmáticas ocorridas nos estudos históricos, seja na investigação do passado ou na interpretação da realidade, levando a uma nova epistemologia.

Percebemos gradativamente o interesse de historiadores por este novo campo, isso deve-se a debates historiográficos em meados da década de 80, onde encontramos as

transformações sugeridas pela Escola do Annales<sup>1</sup> que implicará na reformulação dos caracteres do fazer histórico, ou seja, a epistemologia da disciplina história sofreu diversos ajustes, deixando para trás a História episódica ou dos grandes homens que vigorava no século XIX.

Cedendo lugar a uma Nova História Política que dialoga não só com academia, mais com a problemática de seu tempo, ela busca explicações as imediações da sociedade por meio de um rigoroso cuidado acerca do fazer político. É a partir desse momento que a história passa a ser vista com um novo olhar, esta torna-se produtora de conhecimento e envolta no campo interdisciplinar.

Segundo Remond (1996), a política enquanto alvo de análise dos historiadores sobressaiu com gradativa relevância. Sendo aspectos como o desenvolvimento de guerras mundiais, o papel do Estado, a pressão das relações internacionais e as crises econômicas peças que conduziram a caminhos políticos. Ainda segundo Borges (1992) é no campo da política que se elucidam as ações, pois o fazer político é o ambiente onde se deflagram as adesões.

Assim, visando um novo olhar sobre a história, escolhemos trabalhar com a Nova história da Independência, elencando outras perspectivas para construção de uma nova história política desta nação.

Algo que contribuiu bastante nesse contexto é o uso da Cultura política, definido por Bernstein (1998) como um modo de associar a História Política à História Cultural,

---

<sup>1</sup> Escola dos Annales foi uma das notáveis escolas históricas do século XX, formada por historiadores do periódico acadêmico francês “Annales d'histoire économique et sociale.” Os Annales suscitaram renovação e ampliou as pesquisas históricas, direcionando a campo da História para o estudo de atividades pouco investigadas, rompendo com a divisão das Ciências Sociais em predileção de métodos interdisciplinares. Os principais nomes de sua fundação são Lucien Febvre e Marc Bloch, ambos buscavam combater o positivismo histórico em detrimento de uma História que levasse em consideração a agregação de novas fontes à pesquisa histórica, quanto realizasse uma nova abordagem. A Escola dos Annales divide-se ainda em quatro gerações respectivamente. Vê- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.



ou seja, uma percepção de mundo transmissível através de ritos ou ainda símbolos. Nos referimos as dimensões simbólicas das relações sociais formadas a partir do político somado ao cultural.

Desse modo, o passado, presente e futuro são objetos da intervenção das representações elaboradas pelo homem no mundo, auxiliando a uma conotação política (BERSTEIN, 1998), estando à política relacionada conforme a estruturação e a organização do poder, tanto quanto com a capacidade de mando e ainda com a deliberação de grupos dentro da sociedade.

Para Remond (1996) é necessário frisar o modo de socialização das representações, já que estas não se encontram somente no campo das estruturas de classe, estão envoltas nos divergentes mecanismos que um sujeito se envolve no mundo, desde o plano familiar, o educacional dentre outros. Estas características evidenciam que o status sócio profissional de maneira isolada não é capaz de impor-se nas decisões políticas dos indivíduos.

Através da observação das representações, o comportamento frente as estas características subjetivas serão relevantes para percepção da ação política. Já que esta se designa através da mediação entre mundo e o que os indivíduos pensam sobre ele. O fato é que a interação entre o objetivo e subjetivo dar-se-á de modo dialético, por sua vez, as percepções da maneira objetiva orientam tanto nosso modo de agir como se tornam referências para a estruturação das percepções.

Assim, perceber como o sujeito compreende a realidade é relevante para a compreensão da ação política inclusa na convicção de cultura política. Ao passo que as assimilações ou significados que os indivíduos projetam encontram-se relacionados aos fatos e entraves que se procedem na sociedade, ou seja as representações.

É nessa perspectiva que desenvolvemos o nosso trabalho caracterizando o Cochrane, elencando que atrativos o fizeram desempenhar seus serviços em terras brasileiras, seu combate frente aos revoltosos da Bahia e Maranhão, as condições a que foi submetido na marinha com o título de almirante e seu ponto de visto acerca da Independência do Brasil.

Notamos que a Independência foi obtida graças a contratação destes corsários ou mercenários e que coube a José Bonifácio como de praxis auxiliar D. Pedro nesta empreitada. Entendemos que não há apenas um personagem responsável por todo um feito, ou ainda que ele seja mais ou menos importante, pois o que nos interessa não é seu status-afinal a história metódica ficou para trás- mas as implicações de seus feitos.

Contudo ressaltamos que a manifestação das representações encontra-se interligadas a possibilidade do controle do poder, a construção da hegemonia e a caracteres do próprio. A escolha do Diário Militar “Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa de Thomas John Cochrane, 10th Earl Don Donald, 1775-1860”, recai sobre a importância da Memória Biográfica como fonte.

Segundo Gomes (2004), cresce gradativamente o interesse de leitores pelo gênero de escritos conhecido por “uma escrita de si” que compreende diários, biografias correspondência e autobiografias, não necessariamente memória, ou ainda entrevistas. A questão é que “cartas, diários íntimos e memórias”, nos últimos dez anos, tanto o Brasil quanto no mundo, ganhou destaque, anteriormente a cargo da literatura, agora a história da educação divide espaço nessa empreitada.

Quanto à memória biográfica, mediante viés histórico, são considerados legítimos procedimentos que constroem e guardam uma memória individual de personagens comuns e não apenas de grupos sociais ou nacionais “dos grandes homens”. A justificativa que sustenta as novas práticas provém da visão sociológica de que todo

indivíduo é social, quanto da legitimidade de cada um, pois “tudo o que, pertenceu ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.” (LE GOFF, 1990, p. 540)

É exatamente a descontinuidade e desarmonia do indivíduo moderno que faz de suas práticas culturais de produção, possíveis e desejadas, já que elas atendem a prerrogativa de estabilidade e permanência ao longo do tempo. Compreendemos que é ilusória a linearidade e coerência exposta pelo indivíduo em seus escritos, pois ao descrever seus passos, o indivíduo confronta-se e convive com a fragmentação e a incompletude de suas experiências, um indivíduo uno e múltiplo, sendo que sua fragmentação, compete temporalidades diversas.

Em relação ao que poder ser considerado verdade tanto sob o ponto de vista quanto a vivência do autor do documento, frisamos que o personagem ao escrever suas atribuições busca ao máximo transmiti-la como verdade, como meio de legitimar seus legados:

(...) a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua” verdade. Ou seja, toda essa documentação de “produção do eu” é entendida como marcada pela busca de um “efeito de verdade” —como a literatura tem designado —, que se exprime pela primeira pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar dimensões “íntimas e profundas” do indivíduo que assume sua autoria. (GOMES, 2004, p. 14)

De acordo com Bloch (2001) o historiador trabalha com os testemunhos dos outros, sendo a fonte em estudo mais relevante, já que através dos escritos do personagem podemos notar seu posicionamento diante das divergentes questões. Ainda, segundo Henrique (2009) os diários nos proporcionam “metamorfose de si próprio no tempo”, acompanhado da autocriação e auto- invenção.

Assim, Diários como o de Cochrane permitem “aos historiadores rastreamos muitas das maneiras de viver e de pensar de determinada época, dadas a ver, no tempo presente”. Estas fontes resguardam sensibilidades, pois proporcionam “compreensão de

vidas cotidianas, repletas de gestos de amor e ressentimentos, mas que também são marcados pelos freios morais de determinada época” (CUNHA, 2001, p. 52, 253).

Desse modo, o texto começa por contextualizar a independência e a preparação para a guerra entre apoiadores da separação de Portugal com D. Pedro na liderança e os opositores desse projeto, para na sequência destacar o papel dos mercenários nela. Ao final, analisamos as memórias de Lorde Cochrane sobre essa experiência militar no Brasil.

## CAPÍTULO 1

### O CONTEXTO DA INDEPENDÊNCIA

Segundo Coggiola (1990) percebemos que no final do século XVIII e início do XIX o modo pelo qual governa-se no império lusitano é reformulado, o ocorrido da Revolução Francesa e os desdobramentos na América indicavam a necessidade de precaver-se quanto as estruturas do Antigo Regime, realizando mudanças entre metrópole-colônia para colocar em prática o plano de unidade nacional.

Comenta Lyra (1994) que todas as localidades encontraram-se unidas num novo sistema administrativo, sob um mesmo costume e usos, de modo que pudessem se sentir pertencentes a pátria portuguesa. A melhor medida adotada pelos dirigentes da América portuguesa foi a instalação da sede monárquica portuguesa no país, ou seja, a vinda da família real para o Brasil, elencando ainda a posição geopolítica e econômica que o Brasil demonstrou no sistema imperial como dono de recursos que auxiliaram o poderio e a riqueza da monarquia portuguesa.

A partir de 1808 o tradicionalismo das relações entre capitanias e regiões sofreu densa transformação, a autoridade que anteriormente era concedida aos vice-reis e governadores gerais tomava outros rumos, logrando D. João VI ao Rio de Janeiro o posto de centro das ordens governativas. A realidade é que Salvador acabou perdendo prestígio para o Rio de Janeiro, ocorrendo dessa maneira uma mudança de hierarquia nas regiões do império. Observa-se que:

O tradicional equilíbrio político entre as capitanias ou, mais exatamente, entre os grandes centros de convergência do espaço luso-americano, cada qual ligado a Lisboa, onde se realizava a unidade do todo por eles formado, foi bruscamente substituído por outro que instaurava uma hierarquia entre espaços sociais que anteriormente relacionavam-se horizontalmente, alteração que, subordinando as outras regiões ao Rio de Janeiro, tinha imediato sentido prático. (JANCSÓ E PIMENTA, 2000, p. 164)

Segundo Neves (2009), a elite baiana apelou para a posição geográfica da Bahia como de maior vantagem para o comércio e demais negócios, sua riqueza e o carisma da população, mas sem êxito. A motivação para tamanha recusa de Salvador e demais regiões do Brasil frente a nova ordem joanina deve-se aos benefícios não só simbólicos, mais de teor político e econômico, embasado sobretudo no recolhimento dos impostos que cresciam gradativamente e nas receitas do movimento portuário.

Segundo Mello (2004), a região Norte foi quem mais sentiu com as despesas dessa nova empreitada, já que as receitas eram utilizadas para este fim, ao passo que ficou mais restrita as oportunidades de negócios e não havia capital para dinamismo ou urbanização como ocorria no Rio de Janeiro, alimentando a ideia de que a região servia apenas para suprir as despesas dos encargos. Outra Autora que discute este aspecto é Maria Odila, para ela a autoridade exercida pelo Rio pode ser observada pelas demais regiões como uma espécie de exploração “mascarada”, sendo que ocorria dentro da colônia “como metrópole interiorizada, a corte do Rio de Janeiro lançou os fundamentos do novo Império Português chamado a si o controle e a exploração das outras colônias do continente, como o Nordeste” (SILVA, 2005, p. 22).

Podemos perceber segundo Antonio (2012) que em termos políticos a centralidade política e administrativa foi lograda ao Rio de Janeiro como ressignificação a Portugal, já que ambas estavam próximas, mas inacessíveis e supriam os gastos da metrópole, no entanto, essa ressignificação refletiu divergentes atitudes das elites perante D. João.

Aliada a vinda da Corte à Abertura dos Portos as Nações Amigas em 1808, significou para Portugal uma privação de seus recursos e uma relação de dependência a Inglaterra. Os portugueses encontravam-se sem governante e gradativamente insatisfeitos com tal situação. O fato é que desde a fuga da Família Real para o Rio de Janeiro em 1808 os ânimos em Portugal não foram mais os mesmos.

A abertura dos Portos configurou-se como uma decisão inevitável, pois os portos portugueses encontraram-se dominados pelos franceses, sendo necessário assegurar outras vias para o escoamento da produtividade, pois os direitos alfandegários decorrentes deste mostrava-se importante elemento angariador de fundos para a Coroa, “a abertura dos portos implicou numa profunda modificação, com o fim do monopólio comercial pela metrópole, inspirado em ultrapassadas concepções mercantilistas, e que definia a situação colonial do Brasil” (NEVES, 1999, p.35). O seu maior beneficiado foram os ingleses, já que auxiliou Portugal enviando navios para sua fuga ao Brasil, sendo incluso em troca deste auxílio privilégio a Inglaterra ao comercializar com o Brasil.

Em 16 de dezembro de 1815 o Brasil é elevado a Reino Unido a Portugal e Algarves, como reforço ao posicionamento de Portugal perante o Congresso de Viena, assegurando dessa maneira a estadia da Corte no Rio de Janeiro. Apesar de não apresentar maiores rumores, a elevação do Brasil a Reino Unido observado de maneira simbólica moldou um amontoado de capitânias em uma Pátria;

A elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves em 1815, cuja importância, segundo Silvestre Pinheiro Ferreira, escapou a muitos, mas à qual “os políticos encararam desde logo como um ato de emancipação”, deu consistência à moldura política do mosaico luso-americano [...] O Brasil Soberbo por conter hoje em si o Imortal Príncipe[...] já não será uma Colônia marítima isenta do comércio das nações, como até agora, mas sim um poderoso Império, que virá a ser o moderador da Europa, o árbitro, e o dominador da África”. (JANCÓS, 2005, p.42-43)

A elevação do Brasil a Reino Unido transformou-o em sede da monarquia legando “igualdade” entre este, Portugal e Algarves, sendo que estas medidas impulsionaram a preferência americana quanto ao reino europeu referente aos interesses econômicos, políticos e administrativos. Segundo Oliveira (1999), a suposta igualdade política e administrativa entre Brasil e Portugal gradativamente se alterou gerando permuta de posições, deflagrando conflitos em torno de ambos os reinos. Na mesma perspectiva, Wood (1998) afirma que interpretações a respeito da elevação afirmam que embora

alguns colonos festejassem o rompimento com Lisboa, de nada adiantaria, já que as regiões brasileiras não mostravam-se totalmente favoráveis a liderança do Rio de Janeiro.

Por conseguinte em 1816 ocorre a invasão da Banda Oriental do Rio da Prata. No ano seguinte eclode o Movimento Pernambucano de caráter separatista republicano, datado em março de 1817 com apoio de padres, maçons e proprietários divergentes do governo carioca. A justificativa para eclosão do movimento diz respeito a questão nativista, aliada aos ideais iluministas e liberal, quanto ao indubitável peso dos impostos sobre o Brasil, a inexistência de liberdade e o monopólio comercial.

A pressão dos revoltosos forçou refúgio do governador no Rio de Janeiro, a Coroa, por sua vez, procurou conter rapidamente os agitadores através do bloqueio marítimo e das forças militares deliberado pelo Conde dos Arcos, ocasionando em maio rendimento, dos quais duzentos foram condenados e presos na Bahia, enquanto seus líderes foram executados, sendo a região pernambucana fragmentada como sinal de ameaça a centralidade política.

Apesar do insucesso da insurreição, o ponto crucial do momento é a discussão da nova organização política e social firmado nos ideais republicanos, no qual a eclosão do movimento frisa brechas no projeto reformista proposto por D. João VI. Segundo Jancsó (2005), as peculiaridades que uniam a monarquia encontravam-se num gradativo declínio, sendo o movimento revolucionário de 1817 responsável por ressaltar a instabilidade deste sistema, já que este não encontrou grande resistência para sua deflagração, destacando o grau de vulnerabilidade da Monarquia em terras brasileiras.

Pela primeira vez em toda história da monarquia portuguesa, uma porção de seu território e um grande número de seus súditos quebravam politicamente os tradicionais laços de submissão e negavam a soberania real. Até então, nenhum movimento de tal ordem ousara praticar tal crime de lesa-majestade [...] esta dimensão de 1817 manifestou-se para os contemporâneos sob a forma de uma assumida transgressão par os que praticaram e, sob o sentimento de um espantado horror, para os que se mantiveram fiéis a soberania real (BERNARDES, 2006,p.206)



Tudo isto, despertava gradativamente um sentimento de revolta em Portugal, de modo que a competição comercial perante a Inglaterra deixava os portugueses em desvantagem, ou seja, se não bastasse a Abertura dos Portos, Portugal ainda teve que lidar com o Tratado de Aliança e Amizade, o desprestígio no Congresso de Viena, o país passava por uma situação difícil, ocupado pelos ingleses após expulsão dos franceses.

Segundo Neves, o descontentamento foi atribuído ao antigo regime, ao passo que militares, a elite letrada e grupos mercantis uniram-se contra este, influenciado pelas ideias liberais que se propagaram em Portugal. Era a quebra de alianças com o Estado absolutista vigente, onde este já havia estreitado suas relações com Portugal e encontrava-se frágil, a Metrópole vê-se rebaixada a colônia, enquanto a colônia equiparava-se a metrópole:

Somadas as dificuldades enfrentadas por Portugal, inverteu-se, assim, com tempo, na prática, mas também na sensibilidade dos contemporâneos, a concepção tradicional enquanto o Brasil adquiria a posição de metrópole, o reino europeu via-se reduzido a uma situação de inferioridade cada vez maior. Foi este descontentamento da antiga metrópole que se manifestaria, mais tarde, no movimento liberal de 1820 (NEVES, 1999, p. 39).

O furor reformador é instigado com eclosão da Revolta do Porto em 24 de agosto 1820 de caráter constitucional e liberal, atendendo os interesses dos vintistas, ou seja, de Lisboa que a todo custo reivindicava a presença do monarca e a criação de uma Constituição para recuperar a hegemonia portuguesa em detrimento da centralidade política e econômica do Rio de Janeiro.

A Constituição era para os revoltosos um documento imprescindível, que possuía os diversos elementos que propiciaria a solução da problemática que envolvia a população luso-brasileira, uma espécie de antídoto para aplainar os problemas políticos de representação e participação e econômicos, ambos influenciados pelo liberalismo. Um participante das lutas políticas registrou:

A constituição foi adotada pelos portugueses e cada um por si era um agente dela e com todos os esforços tratavam de persuadir os brasileiros que a adotassem visto as felicidades que dela deviam dimanar sobre os povos. Muitos brasileiros, ao princípio, anuíram a isso, persuadidos que ela ia acabar com os abusos em ambos os hemisférios, e que Portugal repartiria os seus benefícios com o Brasil como bom irmão, a abraçaram com entusiasmo, e coadjuvaram os portugueses que tinham toda a influência nesse assunto, de sorte que os portugueses pareciam brasileiros e estes, portugueses. (SOUSA, 2000, p. 191)

De fato, a insurreição ganhou corpo gradativamente, embora tenha pouca relevância no início, aderiram ao movimento as províncias do norte e em 15 de setembro, através de pronunciamento militar, a capital é incorporada ao movimento que mediante a Junta Provisória do Governo Supremo do Reino e da Junta Provisional Preparatória das Cortes asseguraram mudanças políticas relevantes aos revoltosos sem que houvesse deflagração da ordem, sendo as determinações dos dirigentes do Revolta do Porto atendidas com solicitude nas regiões do norte da América Portuguesa.

Para Dias (2005), o motivo de tal aceitação das províncias do norte deve-se ainda a oportunidade propícia para romper de imediato a subordinação destas a corte instalada no Rio de Janeiro. Não podemos minimizar a relevância que a presença da família real legou ao Rio de Janeiro, lembremos de seu posicionamento como metrópole e da subordinação das demais capitanias, encarregando-se das relações políticas e econômicas da região centro-sul.

Segundo Sleimam (2006), Silvestre Pinheiro Ferreira que era conselheiro de D. João VI alertou ao mesmo que o elo que unificava suas províncias em torno do centro, no caso o Rio de Janeiro havia se rompido e Bahia, Pernambuco, Pará e Maranhão desligava-se deste como desculpa para adesão as cortes portuguesas. Realmente havia um rompimento de elo, no qual o Pará foi a primeira região que aderiu ao movimento português, por conseguinte foi vez da Bahia que propõe a junta encabeçada pela elite através do apoio de tropas que encaminharam-se a Francisco de Assis Mascarenhas,

governador da Bahia conhecido como Conde dos Palmares. Este, usa da legião dos caçadores e do regimento da infantaria sob a liderança do capitão Brant como meio de resistência ao intento português, no entanto estes nivelam a luta ocasionando mortes. Assim, para prevenir eventuais confrontos é convocado um conselho militar que decidiu concordar com as exigências destes e organizar a junta baiana em 10 de fevereiro de 1821.

De acordo com Sousa (2008), isso evidencia que mesmo a Bahia tido supostamente aderido ao movimento português, nem todos os grupos elitistas compartilhavam da mesma opinião na região baiana, pondo em cheque a noção de uma “Bahia totalmente favorável ao constitucionalismo”, de fato o que percebemos é um debate entre opositoristas ao constitucionalismo e os partidários a este.

Ainda segundo Sousa (2008) é com o intuito de assegurar as áreas de sua influência sob a mesma orientação política que os dirigentes políticos da Bahia libertaram revolucionários da Revolução Pernambucana de 1817, investigando podemos assim dizer, o grau de lealdade à monarquia para que pudessem estar precavido de um eventual ataque, à medida que a Junta governista determina a todas as comarcas e vilas adesão ao constitucionalismo, ou seja, as cortes.

De acordo com Carvalho (2005) ao frisar a existência de diversas compreensões a respeito das ideias liberais disseminadas no Brasil leva a uma reinterpretação das análises já efetuadas, sendo que não devemos esquecer que o apoio a empreitada portuguesa não extinguiu entraves entre as elites, ou ainda confrontos políticos e militares.

O posicionamento das regiões evidencia seus engajamentos acerca da proposta de unidade nacional no Brasil, devido a questão de autonomia política em destaque nesse momento. Referente a região Norte, esta considerava-se como mais um pedaço de terra em meio a tantos outros no império português, de modo que distanciar-se do regente e do sul era uma provável possibilidade de projeto político de acordo com suas reais condições.

O Constitucionalismo Federalista também adotado pela elite baiana está associado com os liberais em Portugal, embasado numa estrutura monárquica tendo a presença do monarca grande relevância, no entanto com privação de excessos absolutista, pois “os honrados habitantes da Bahia, apurados por mil incidentes e motivos, desejam há muito o estabelecimento de um *governo liberal e justo*[...] e permaneciam na mais completa *obediência e lealdade ao trono*” (Amaral, 1957, [grifos meus]).

Para Antonio (2012) as províncias do Norte que aderiram ao constitucionalismo como é o caso da Bahia, se submetiam a Portugal, mas era uma submissão sem demasia, sendo que nem todas as decisões tomadas favoreciam aos interesses da coroa, pois havia uma provável suspeita que os objetivos dos proprietários e comerciantes brasileiros não vinham a engrenar.

A fim de conter os ânimos D. João VI jura a constituição. No entanto, em 18 de abril a corte portuguesa envia um decreto ditando as relações entre Brasil e Portugal, com objetivo de minimizar o poderio da corte no Rio de Janeiro. Segundo Bernardes (2006) o Rio de Janeiro foi incluso na proposta dos deputados de Lisboa como província governada por uma junta, a fim de revigorar o poderio português, tentando a todo custo anular a nomeação de D. João VI de Pedro I como regente do Brasil. Essa proposta remetia a uma provável formação dum reino unido- Brasil e Portugal- sob algumas exceções, evidenciando a importância de debate acerca das especificidades econômicas e da autonomia das províncias.

De acordo com Neves (2003) em 22 de abril de 1821 D. Pedro I assina um decreto para vincular as demais províncias ao Rio de Janeiro, prevenindo a minimização do poderio desta província mediante os governos provinciais. Conforme Accioli (1931) em 18 de julho um ofício vindo de Portugal ordena a junta da Bahia envio de representações

e contas ao governo de Lisboa, referindo-se a este como único centro da monarquia, ignorando o Rio de Janeiro como centro político.

Lembremos que as juntas foram elaboradas como governos provisórios, no qual em 29 de setembro tiveram remanejamento a respeito da adoção do novo sistema político, militar e administrativo, estabelecendo-se nas províncias em que houvesse governos independentes o desenvolvimento destas, das quais compunham-se de sete membros aquelas governadas por capitães gerais e de cinco respectivamente aqueles que não o fossem.<sup>2</sup>

Segundo Barman (1988), a política local era movida pelo anseio de liberdade comercial em suas referentes províncias, creiam na corte como passaporte para participar de ações administrativas locais, ao passo que repudiavam o controle central estabelecido no Rio de Janeiro. Porém, devemos observar que a tão almejada autonomia proposta pelas cortes não a era em totalidade, já que as forças armadas e as finanças locais eram controladas pelo reino português.

Comenta Leme (2003) que é necessário elencar o significado destas juntas, pois elas impulsionaram uma nova forma de governo, onde o poder executivo mescla liberalismo a sua herança absolutista. Para Neves (2003) as primeiras medidas tomadas pelo congresso de Lisboa associado aquilo desejado pelas elites configura-se como uma política de recolonização planejado pelos vintistas, a fim de regenerar a hegemonia Portuguesa.

Descreve Berbel (1999) que o debate acerca da autonomia provincial é o ponto crucial das cortes portuguesas em 1821, sendo os baianos a elencarem a autonomia local como elemento relevante, seguidos dos demais deputados da região norte que buscavam garantir poderio administrativo em suas províncias. Observamos nessas discussões as

---

<sup>2</sup> Referente a criação de juntas provisórias e a ordem de regresso do regente D. Pedro I para Portugal. In: Bonavides e Amaral, 2002.

divergências entre as regiões do Sul e do Norte do Brasil, devido veto da prevalência do poderio das regiões do sudeste em detrimento do Norte, devido ao centralismo logrado ao Rio de Janeiro.

Frisemos ainda que a anulação da regência de D. Pedro legado por D. João VI está inclusa no decreto da coroa portuguesa referente as juntas, onde o Congresso de Lisboa deveria ser o centro de poder e a figura do regente, por sua vez, era impertinente no Brasil.

Em defesa do regente, do centralismo político e do futuro da política brasileira, Lyra (1994) comenta que houve a organização de importantes figuras políticas do sudeste. A burocracia do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo defendia a todo custo a liderança de D. Pedro I, bem como a instalação da monarquia constitucional e do Rio como centro deste poderio, tudo isto devido benefício recebido com a abertura dos portos e a elevação do Brasil a reino, estava em jogo uma infinidade de vantagens que uniam ambas as regiões do sul em prol da permanência do regente. Culminando em 9 de janeiro de 1822 a permanência do regente como o Dia do Fico.

A respeito do Fico Bittencourt (2006) frisa que a atitude do regente representou insubordinação e afronta a autoridade das cortes, sendo que a atitude deste evidencia o projeto de articulação das câmaras municipais junto às províncias do sul para garantir a independência do Brasil, culminando ainda na expulsão das tropas portuguesas, o apoio do regente ao partido brasileiro e o fortalecimento de seu poderio e do Rio de Janeiro como centralismo político. Assim, para Barmam (1988) o cenário político indicava uma provável convergência a separação dos dois reinos, sendo encarado pelas cortes como uma problemática a ser superada.

Até mesmo na região sul não podemos encarar uma noção de homogeneidade favorável ao regente, pois sempre está em jogo uma luta de interesses aos quais as províncias buscam satisfazer mediante suas alianças. Na região norte a aceitação deste

mostrou-se dificultosa, sendo na Bahia recusado seu reconhecimento acompanhado pelo Piauí, Pará e Maranhão, que afeiçoaram-se as cortes.

A figura de D. Pedro I era descrita como sucessor de D. João VI na empreitada responsabilidade para com a nação, como meio de legitimar sua liderança, a partir da difusão da ideia de que este dava vida aos projetos de seu pai como um filho dedicado. Apoiando este, no plano de legitimidade juntamente com gentes influentes do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, José Bonifácio destaca-se na consolidação da independência brasileira, desde a questão do Fico, Bonifácio demonstra seu afinho pela separação das cortes e afeição para com o Príncipe. Contudo, precavendo a ruptura da centralidade administrativa e garantir apoio político e burocrático do sul e demais localidades o regente lança decreto em 16 de fevereiro determinando a criação de procuradores regionais a fim dar voz as províncias.

A Proclamação da Independência em 7 de setembro de 1822, foi recebida de divergentes maneiras, sendo nas regiões do Rio de Janeiro, São Paulo e Capitanias de Mina Gerais consolidada num processo “pacífico” em sua maioria, por atender aos interesses dos grupos dominantes. Já a região do Norte em particular - sobre a qual nos debruçaremos - remete um grande potencial a D. João em relação ao processo de autonomia política, evidenciando o emaranhado vivenciado no Brasil rumo à Independência. Percebemos que as discrepâncias ocasionadas pela adoção de medidas administrativas do período Joanino objetivavam ampliação e fortalecimento das estratégias de dominação política para preservar o Antigo Regime e desenvolver a economia.

## **CAPÍTULO 2**

### **ENTRAVES NA BAHIA**

As sublevações da região Norte são marcadas pela Guerra da Independência na Bahia que encontra-se intrinsecamente associada a Independência do Brasil. Salvador foi elo do litoral do país com as demais Capitanias do Norte, realidade que as tropas portuguesas usufruíam para barrar conexões entre o Norte e o Rio de Janeiro sendo chefiados por Inácio Madeira de Melo.

Salientamos que os interesses políticos portugueses ligados a Bahia enxergavam-na não como região estratégica política, mas como região produtora para servir a metrópole. Nesse período, Inácio Madeira de Melo é o encarregado pelo comando das armas, fato aglutinador para eclosão de revoltas e posteriormente luta pela Independência da Bahia.

Os ânimos permaneciam agitados em Salvador, sendo que em 20 de fevereiro de 1822 milicianos e marujos saíram armados pelas ruas em protesto da nomeação de Madeira de Melo como governador de armas. Esse evento gerou desagrado também na câmara e na junta que o viram como retaliação de sua autonomia política.

O fato é que a nomeação de Melo despertou dois grupos; aqueles favoráveis a este - caixeiros e marujos - fieis as cortes portuguesas e os contrários ao novo governador das armas composto por soldados e civis - fiéis ao regente. O embate configurou-se de modo violento, ocasionando roubos, assassinatos e invasões, no entanto, mediante forte repressão, Madeira de Melo continua em seu posto e procura controlar a Salvador.

Diante do desfecho do motim e do posicionamento do governador das armas parcela da população, oficiais, membros da câmara e da junta de Salvador vêm-se



obrigados a refugiar-se no Recôncavo. Afirma Wisiak (2005) que o refúgio para a região do Recôncavo foi relevante para articulação daqueles favoráveis a separação para com a coroa, sendo arregimentada por estas localidades a Junta de Conciliação e Defesa e a Caixa Militar com objetivo de aniquilar os portugueses.

No entanto, em Salvador de acordo com Sousa (2008) os portugueses transitavam e governavam com total liberdade, sendo reprimidos aqueles que aderissem à ideia de independência. Diga-se de passagem os confrontos entre adeptos a independência e portugueses eram gradativos até mesmo no Rio de Janeiro, os ânimos estavam acirrados, dando corpo a um desejo de ser brasileiro.

No dia 3 de junho o coronel José Joaquim de Lima e Silva assume o comando geral do Exército e comanda uma batalha contra os portugueses regulando o abastecimento de mantimentos com o apoio da marinha, no qual Silva toma as rédeas quanto a cidade de Salvador que encontrava-se dominada pelos portugueses.

Todas estas lutas utilizam da participação popular e aguça o olhar do Imperador para um ponto o qual deveria ser corrigido para tornar-se favorável. A Marinha brasileira encontrava-se em péssimas condições para enfrentar os conflitos intensificados que levaria à autonomia brasileira. Sua desorganização, despreparo e falta de liderança, deixavam claro sua ineficiência e a composição portuguesa era sinal de vigilância. Devido a necessidade surgem os “mercenários ou caçadores de butins” de divergentes localidades para auxílio do Imperador na Independência.

Um caso em particular e que nos debruçaremos neste trabalho é a chegada da armada e do navio de Thomas Cochrane, “mercenário” contratado ao mando de D. Pedro I que bloqueou o porto e assegurou a Independência em 28 de julho de 1823. Sobre seu comando John Grenfell também “mercenário” encaminha o Pará aos moldes da Independência apesar de toda sua proximidade com Lisboa.

A experiência do mercenário Lorde Thomas Cochrane foi a escolhida ou, melhor, o estudo de seu diário militar “Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa”, como fonte de estudo. E diante deste, perceberemos a contribuição dos “mercenários” para efetivação da Independência nas regiões do Norte e, ao realizar-mos a pesquisa, encontramos diversos “mercenários” como costumavam ser denominados, que ao longo da história arriscaram suas vidas nas lutas navais. Isto é algo intrigante e levou-nos a questionar: será que realmente era só os tais motins que prendiam seus interesses? O espírito aventureiro? A expectativa da glória? Ou as circunstâncias do contexto em que estavam inseridos foi responsável por seus comportamentos? Objetivando responder tais inquietações optamos analisar os mercenários ou sendo mais específicos o “mercenário”.

Mediante a exacerbação dos ânimos é convocada em 3 de junho Assembleia Geral das Províncias Constituinte e Legislativa, sendo considerado rompimento entre os dois reinos e uma possível construção no Rio de Janeiro de um governo constitucional, que de certo modo estabelecia pontos em comum com as demais regiões que entraram em atrito com Madeira de Melo. Em oposição a estas medidas Melo faz uso de violência a fim de controlar a oposição, enquanto a junta baiana sugere omissão destes atos para aqueles que desistissem de apoiar D. Pedro.

Para Wisiak, a intervenção de Lisboa na questão militar de Salvador acabou ameaçando o sonho de autonomia local, criando oposições entre os próximos a Manuel Pedro e aqueles associados a Melo, ou seja, podia-se perceber de um lado europeus e de outros naturais, provocando corrosões no projeto de autonomia, evidenciando em demasia os confrontos entre Rio e Lisboa;

Madeira enfrentou resistências de Manuel Pedro e da câmara de Salvador, da qual era vereador...No início de março, como o novo comandante militar, Madeira ofereceu as Cortes um quadro da situação política na província, identificando três “partidos que existem nesta cidade”: o dos “naturais de Portugal”, que quase todo “puramente

constitucional” e contava com “naturais do país”; o dos mais poderosos, já em posses e já em empregos de representação”, ligado “aos togados do Rio de Janeiro”, e que desejavam figurar “independentes do governo de Portugal”, e finalmente, os “que pelas suas posses ou empregos” queiram uma “independência republicana, em que só figurem os naturais do país” (WISIAK IN JANCSÓ, 2005, p. 460).

A junta baiana não reagiu de bom grado a decisão de Lisboa acerca do envio de tropas portuguesas em contra ataque ao Rio de Janeiro, sendo estas expulsas por ordem do regente refugiar-se na Bahia. O posicionamento de Melo também não agradou, deixando-se a tropa portuguesa em território baiano gerando maiores alvoroços;

(...) a junta arrependida, enviou ofício às Cortes informando que a província “não se tranquilizou” .... No mesmo ofício, a junta solicitou que se tomasse “uma medida geral para todo o Brasil”, criticando “a divisão de poderes civil e militar”, comparada aos “capitães-generais” dos tempos coloniais, e propondo que tais autoridades estivessem “depositadas em cidadãos arraigados e escolhidos pelo voto livre da província” (WISIAK IN JANCSÓ, 2005, p. 460).

Os deputados representantes da Bahia que se encontravam em Lisboa acompanhavam a luta e tomavam atitudes para avanço das forças portuguesas, assinando em 20 de maio uma espécie de convocação a todos os donos de navios recrutamento destes para transportar as tropas portuguesas no combate a Salvador, dentre estes deputados podemos encontrar Cipriano Barata, Lino Coutinho, Agostino Gomes dentre outros.

No sudeste, muitas localidades ainda indecisas sobre a autonomia recebem a visita de D. Pedro, em viagens a fim de angariar mais aliados. Apesar da resistência portuguesa no Norte o regente gradativamente revigora suas estruturas nesta região, já que aos poucos haviam em terreno baiano focos de divergências com Lisboa e provável apoio as forças do regente.

Concretamente, o confronto dar-se-á de modo armado entre as forças de Salvador favorável a Lisboa e do Recôncavo ligados a D. Pedro, segundo relatos do cônsul francês Albert Roussin Salvador foi ocupada por cerca de 1.700 militares do exército português

comandados por Madeira de Melo. Este, por sua vez, envia a junta um ofício em 25 de junho afirmando obediência, guarda e reconhecimento somente aos decretos das Cortes (WISIAK IN JANCSÓ, 2005).

Boatos de uma possível anulação da Assembleia Constituinte aliado a ordem da volta imediata de D. Pedro para Portugal culmina no decreto da Independência em 7 de setembro. Isto significou o rompimento definitivo com Portugal e a vontade de garantir uma nação independente, que por sua vez, encontrava empecilhos para sua efetivação.

A Aclamação da Independência foi lograda graças ao apoio em grande parte das regiões do sul e pela destreza de José Bonifácio. De acordo com Antonio (2012) é importante salientar que D. Pedro tomou a decisão de proclamar a Independência devido gradativa adesão destas regiões, para efetivar o projeto de nação independente, no qual o Rio seria a centralidade política do país.

Em 22 de agosto, a Junta da Bahia avisa as cortes o posicionamento das câmaras da Bahia, sendo quinze favorável a execução do poder executivo no Brasil por D. João e as demais cinco contrária a estas. Assim, prestes a jurar a Constituição em 10 de setembro alguns dos deputados mostraram-se contrários, os quais diziam não terem autorização e nem pôde representar tal província, já que eram contrários ao que se sucedia e favoráveis aos portugueses, sendo Cipriano Barata e Agostinho Gomes divergentes a constituição, enquanto outros mostravam desiludidos para com congresso português;

A trajetória da maior parte da bancada, que chega ao congresso com grande disposição para depois, desiludida, abandoná-lo, serve de metáfora para o caminho que a Bahia seguiu na época, oscilando entre a associação com Lisboa e com o Rio de Janeiro, sem deixar de mostrar, contudo, a constante do interesse por autonomia local (WISIAK IN JANCSÓ, 2005, p.449).

Podemos dividir em duas fases a Guerra de Independência pela ótica baiana: de junho a outubro percebemos ativismos baianos regidos pelos proprietários refugiados no Recôncavo em confronto as forças de Madeira de Melo, já de outubro a julho de 1823 as

ações são efetivadas pelas tropas do Rio de Janeiro com afinco a expulsão das forças da Coroa.

## CAPÍTULO 3

### A CONTRATAÇÃO DE MERCENÁRIOS

A questão central é que o Brasil tinha-se tornado “independente” só que carecia do apoio das demais regiões, e no caso, parte da região Norte ainda tendia aos interesses da união com os portugueses. Assim, para consolidar a independência na prática, foi necessária a contratação de mercenários estrangeiros, pois a força militar demandava custos e, segundo Lyra (1998), corroborou para empréstimos com brasileiros e ainda estrangeiros para suprir os custos.

Segundo Juvêncio Lemos (1996) a formação do Exército Imperial durante o Primeiro Reinado conta com dificuldades em arregimentar homens para o exército ou para a marinha. Uma vez que os escravos preferiam o cativeiro a engajar-se nas forças armadas ou ainda a sua utilização para eventual trabalho não era bem vista por seus patrões, os sertanejos e caboclos, por sua vez, tinham de ser capturados à força para servir.

Podemos observar segundo Carvalho (2005) que os mesmos proprietários que desejam manter a escravidão tiveram de usar estes para manter seu poderio a salvo, tendo mesmo que a contragosto armar os escravos. A carreira militar era encarada com relutância, observadas como vantagem apenas o poderio e o porte de armas, sendo que os incorporados como militares possuíam apenas estes elementos que outros de sua mesma condição não detinha (BEATTIE, 2002, p.441-2).

A manutenção da ordem já estava engajada desde 1817 quando os senhores tiveram que lograr armas a seus homens de confiança para defesa de seus partidos, sendo que 1820 as ordenanças já se encontravam praticamente mobilizadas quando da delimitação de ordem vindas da Corte para estabelecimento das juntas locais. Apesar da

atuação dos escravos, o aliciamento de mercenários estrangeiros em meados do final das guerras napoleônicas tornou-se a medida viável, já que estes encontravam-se a dispor ao trabalho.

Todavia, como conquistar o Estado nacional sem tropas? Tropas todos tinham. A diferença era quem tinha mais, e mais bem equipadas. O Estado nacional contratou mercenários europeus, que pelo menos no caso das “províncias do Norte”, foram importantes para a vitória do que na época era chamado de “causa do Rio de Janeiro”, ou seja, a união das províncias em torno da proposta monarquista, autoritária e centralista de Pedro e seu círculo mais próximo de conselheiros. A vitória de D. João VI em 1817, ou a de Pedro I em 1824, Provavelmente não teriam sido tão rápidas sem Labutat, Taylor ou Cochrane (CARVALHO IN JANCSÓ, 2005, p. 913-914).

Eram gradativos os conflitos entre as forças do Exército Libertador, mesmo após aliança com o Rio de Janeiro. Para solucionar tal problemática foi contratado o general Labatut para combate em terra firme, enquanto no mar constatamos auxílio de Lorde Cochrane.

### **3.1-PEDRO LABATUT**

O francês Pierre Labatut compreende um dos mercenários contratados pelo Imperador para subjugar as províncias do Norte. É preciso compreender também que a utilização destes deve-se a experiência militar e “uma mera neutralidade de ideias políticas”. Ele caracteriza-se por sua reputação reconhecida na corte e pelo êxito nos trabalhos de guerra, sua contratação gera algumas insatisfações com a elite baiana que, por sua vez, entra em atrito com o mesmo, sem falar na sua atuação um tanto polêmica em Sergipe.

A respeito da participação decisiva de Labatut para Independência de províncias como Sergipe, é necessário compreender que a chegada dele realmente contribuiu aos convergentes com as ideias de D. Pedro, gerando condições para ruir as forças militares

adversárias, no entanto não podemos esquecer que haviam agentes locais com motivações e alinhamentos enraizados que estão associados ao processo político da localidade. Lembrando que o reconhecimento de Labatut era suscetivelmente aludido ao imperador.

### **3.2. MERCENÁRIO, CORSÁRIOS E CAÇADORES DE BUTIM**

Contratados para efetivar a Independência brasileira, os mercenários ou corsários deixaram sua contribuição para com nossa história. Segundo o Dicionário Aurélio a palavra Corsário designa:

Navio particular autorizado a dar caça aos navios de nação inimiga, capitão ou tripulante desse navio, navio armado para assaltar outros e os roubar, marinheiro que se dedica a roubar outras embarcações, homem duro, cruel, movido só pelo interesse ou pela ambição, maroto, relativo a corso ou à pirataria.

Enquanto o termo Mercenário refere-se a:

Soldado que serve por dinheiro um governo estrangeiro, frade da ordem da Mercê, que ou aquele que trabalha, ou serve, por dinheiro, que ou quem é movido apenas pelo interesse pessoal e material.

De acordo com Borges (1856) entende-se por Corsário se diz aquele, que é autorizado pelo respectivo governo a correr sobre o inimigo segundo as instruções e leis que regulam o corso. O corso, por sua vez, “é a permissão, e o acto de andar em cata e dar caça a inimigos fazendo-lhe hostilidades” (BORGES, p. 107). No que compete a denominação de Pirata “se diz o armador que sem bandeira ou usurpando uma sem sujeição a regulamento de governo algum corre indistintamente sobre o quanto pode e encontra no mar e o rouba” (BORGES, 1856, p. 107).

Segundo Galsky (2006) até o final da guerra da Independência, nenhum indivíduo efetuou críticas aos oficiais ingleses contratados pela marinha brasileira por meio da denominação mercenário, pois os direitos as presas de guerra estavam associadas



as tradições navais europeias, sendo também regulamentado pelo Imperador brasileiro pelo decreto de 11 de dezembro de 1822. De fato, se o termo já tivesse sido mencionado como adjetivo para os oficiais, a imprensa portuguesa representada pela Gazeta de Lisboa ou ainda o Diário do Governo, de alguma forma teriam mencionado nos jornais para atacar D. Pedro, no entanto de janeiro de 1823 a janeiro de 1824 não é encontrado nenhuma conotação desse gênero como menção a Cochrane ou qualquer outro oficial, pois se observarmos, estes foram incorporados a marinha imperial de modo “regular e individual”.

O comportamento dos oficiais e marujos ingleses adicionados nas marinhas sul-americanas representavam ameaça aos padrões de disciplinas da Royal Navy<sup>3</sup> e prejuízo de infração ao comércio britânico, sendo que estes buscavam o que podemos chamar de lutar de maneira honrada. Nesse sentido podemos elencar como motivos para imigração de tais oficiais britânicos para América do Sul, a carência de posições de comando, ou seja, a profissionalização da administração e a centralização do Império caracterizava-se como boa carreira, havendo essas oportunidades sido encontrada no Brasil.

Encontramos ainda a questão da deserção, pois o serviço público britânico estava modificando-se e pedia dos oficiais novos posicionamentos acerca do patriotismo, rigidez moral e disciplina, era a prevalência dos interesses do Estado organizado e da burocracia. A autonomia e a resistência em obedecer ordens superiores era denominador comum dos oficiais imigrados para a América do Sul, configurando-se numa ameaça para a efetivação dos novos conceitos de patriotismo e disciplina, devido as deserções que ocasionavam temor quanto ao controle da Royal Navy por parte da Grécia. Salientando que as deserções sinalizarão ameaça de 1822 a 1824.

---

<sup>3</sup> **Marinha Real Britânica.** Foi fundada no século XVI, e até o final do século XX era considerada uma das mais poderosa do mundo. Cochrane e tantos outros foram integrantes da Royal Navy.

Nesse sentido, tanto a autonomia quanto a resistência em obedecer ordens superiores, legou a Cochrane uma repulsa mediante seus atos desde seu trabalho no Chile, embora fosse considerado oficial competente no bloqueio ao inimigo, seu temperamento alimentava características de corsário a seu tipo de patente. Cochrane é visto como alerta de perigo, pois, “o capital simbólico”<sup>4</sup> existente em torno de sua figura favorecia a periculosidade de seu discurso quanto as instituições britânicas em detrimento do comércio marítimo. Sem esquecer de sua bravura e defesa de condições humanas para com os marinheiros:

Em primeiro lugar, sua elevada condição social e educação lhe permitiam conhecer os meandros da linguagem diplomática e da política internacional. Este fato, aliado à sua brilhante atuação nas Guerras Napoleônicas, ter-lhe garantido um bom trânsito mesmo entre a alta oficialidade britânica. Em segundo lugar, seu passado radical, que incluía a defesa no Parlamento de um tratamento mais humano par os marinheiros e a bravura que sempre demonstrava em combate, teriam assegurado igualmente o respeito de mestres e marujos. Sem contar que tanto a sua habilidade para conseguir presas, quanto a sua equidade na divisão dos valores correspondentes, eram reconhecidos por graduados e tripulantes. (GALSKY, 2006, p. 44-45)

A carta de corso configura-se como elemento de grande relevância, pois era através dela permitido aos oficiais a captura de presas, no entanto era necessário inimigo para combater e a presença de dois oficiais de cada navio capturado como testemunha dos procedimentos, a fim de recebê-la. Assim, no início de 1823 o inimigo estava claro, eram os portugueses ou barcos de guerra portugueses, mas quando da desocupação da Bahia e perseguição destes para evitar instalar-se nas demais províncias, foram capturados 18 navios, sendo as condições desfavoráveis para total comprovação dos procedimentos.

Segundo Vale (1996), isto levou os tribunais a todo custo, condenar o maior número possível de presas, o fato é que para Cochrane e seus homens as mercadorias e navios inimigos apreendidos evidenciavam suas vitórias, enquanto para o Imperador era

---

<sup>4</sup> Termo usado por Pierre Bourdieu em “A economia das trocas Linguísticas”.

motivo de “embaraço”, já que a devolução das presas a Portugal era elemento para reconciliação interna ou externa, tomando o Governo uma posição ambígua, algo que o Cochrane verá com outro posicionamento nos seus escritos.

De acordo com Galsky, diversos elementos nos levam a perceber que a solidificação do termo mercenário está associado a atuação destes oficiais na Marinha Imperial do Maranhão, no Grão-Pará, na Confederação do Equador e Associados as recomendações do Governo do Chile;

[...] eu gostaria que nosso comércio fosse mais honrado, mas, como ele consome uma imensa quantidade de manufaturas inglesas eu preciso me submeter à denominação de contrabandistas com que o almirante chileno (Cochrane) se refere a nós [...] mesmo admitindo que a doutrina de Cochrane é correta, eu não posso admitir que um súdito britânico tenha o direito de parar o comércio britânico e perturbar seus compatriotas<sup>5</sup>.

Desse modo, as dificuldades e oportunidades da região Norte foram brechas para as realizações de Cochrane e sua tropa, sendo a distância de comunicação entre o Sul e o Norte ponto essencial para exercer sua autonomia, pois é vero que a expedição para Maranhão não estava dentro de suas deliberações estipuladas pelo Governo. (GALSKY,2006, p.55)

### **3.3. A INDEPENDÊNCIA NO MARANHÃO: LEGITIMAÇÃO DA AUTONOMIA COCHRANE**

Desconfiado das intenções portuguesas em refugiar-se na Província do Maranhão, Cochrane deixa a Bahia rumo as terras maranhenses. Dotado de astúcias, o Lobo do mar, como ficou conhecido por suas façanhas, chega a Província e identifica-se como navio

---

<sup>5</sup> Carta do comodoro Hardy aos seus superiores, documento 195, p.341. In: GALSKY, Nélío. **Mercenários ou libertários: As motivações para o engajamento do Almirante Cochrane e se grupo nas lutas da Independência do Brasil**, 2006, 138p. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Faculdade de História.

inglês, a ele é enviado congratulações, a qual rende-se o Capitão Garção de quem o Lorde conseguiu as informações precisas de que já haviam forças portuguesas no território.

Usando de blefe, ele dissemina a existência de tropas brasileiras prontas para atacar e caso não houvesse, rendimento. Assim, consegue num primeiro momento aplinar a situação. No entanto, como as falsas tropas não apareciam, os divergentes acabaram por promover levantes.

Desse modo, foi na província do Maranhão que Cochrane atuou militarmente. Segundo Rodrigues (1975) contou com resistência ao rompimento com Portugal, onde a guerra da Independência no Meio-Norte foi marcada por forte violência. Com participação popular liderada pelo major João José da Cunha Fidié foram aproximadamente 1000 soldados contrários à Independência no ataque a Oeiras, conhecida como Guerra do Jenipapo, seus integrantes contrários a Independência lutavam por diferentes motivações desde a revolta social ao anti-portuguesismo, consagrada como uma das mais sangrentas batalhas que requereu seu cunho experiente para sua desarticulação.

Entretanto, quando fala em seu diário a respeito da desarticulação portuguesa no Maranhão, Cochrane afirma não haver tido derramamento de sangue, um tanto contraditório, ainda que admita em seus escritos, que sua efetivação no Maranhão não era uma deliberação do Governo.

Enfim, Lorde Cochrane prestou anos de serviço na Marinha Brasileira utilizando de criatividade e experiência no manejo de guerra, apesar das condições desfavoráveis as quais foi submetido, o fato é que seu posicionamento foi decisivo para conter os ânimos maranhenses revoltosos e gradativa aclamação da Independência no Norte do Brasil.

E quanto aos seus escritos é preciso perceber que o personagem estava sempre à procura de reconhecimento de seus atos, e que o motivo pelo qual o levou não mencionar

o grau de violência empregado no Maranhão, não nos é totalmente compreensível. Podemos mencionar é que seu objetivo ao escrever sua participação na Independência Brasileira é perpetuar sua legitimidade, e por outro lado limpar sua reputação para com aqueles que o consideravam mercenários, talvez esse seja, o motivo de omitir tais atos.

## CAPÍTULO 4

### O DIÁRIO MILITAR DE COCHRANE

A justificativa segundo Cochrane para seus escritos<sup>6</sup> são os mesmos mencionados na versão inglesa de seu diário: “querer ficasse após mim registro por onde a posteridade pudesse julgar em quão falsa luz ao público brasileiro se representara a parte que tomei na consolidação do Império, foi preciso prescindir de buscar satisfação àquele desejo”<sup>7</sup>.

A respeito de sua contratação, Cochrane informa que recebeu uma carta de Manuel Correia de Câmara, cônsul do Brasil em Buenos Aires como convite para participar da Guerra da Independência a favor de S. M. Imperial D. Pedro I, sendo-lhe garantido alta consideração e vantagens devidas.

Abandone-se, Milorde, ao reconhecimento brasileiro; à munificência do Príncipe; à probidade sem mancha do Governo atual; far-lhe-ão justiça; não se rebaixará de um só ponto a alta consideração-Categoria-graduação-caráter- e vantagens que lhe são devidas<sup>8</sup>.

Chegando no Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1823, ou seja, seis meses depois da proclamação da Independência, Cochrane descreve em seu Diário militar acontecimentos que conduziram suas ligações com a causa da independência. Ele narra que um ano anterior a sua vinda ao Brasil, D João VI regressa para Portugal e deixa seu herdeiro D. Pedro como regente da América do Sul, a qual algum tempo, se encontrava em desafeto, motivado pelo gradativo desejo existente entre as províncias quanto a formação de distinta nacionalidade. O mesmo afirma a existência de dois grupos partidários, aqueles favoráveis ao regente e outro adversário a este, quando envolvimento de D. Pedro com tais facções em junho de 1821.

---

<sup>6</sup> Cochrane, Thomas John, 10th Earl Don Donald, 1775-1860. Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, v.16, 2003. 276 p.

<sup>7</sup> Cochrane, Thomas John. Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa... Prólogo.

<sup>8</sup> CARTA DE ANTÔNIO MANUEL CORREIA DE CÂMARA IN COCHRANE, 2003, p. 38.

Cochrane menciona os decretos de Portugal para com o Brasil, a formação dos governos provinciais, os interesses de Portugal em retomar sua hegemonia luso-hispânica em que frisa o posicionamento de D. Pedro: “bem que Regente nominal do Brasil, veio a encontrar-se, na realidade, pouco mais que Governador do Rio de Janeiro”<sup>9</sup>.

A determinação para o regresso do regente a Portugal também é elencada por ele. No entanto, o que chama atenção é o destaque dado a figura de Bonifácio como articulador favorável a permanência do regente e seu braço direito na empreitada da Independência:

“A partida próxima do Regente causou fermentação geral, e então se ergueu um cabeça popular na pessoa de José Bonifácio de Andrada e Silva... Convocando seus colegas à meia-noite, assinaram uma representação ao Regente [...] desafiando as Cortes de Lisboa de promulgar leis para o desmembramento do Brasil em Províncias insignificantes, sem um centro comum de união; sobretudo, desafiando-as de desapossar a D. Pedro da autoridade como Regente conferida por seu Augusto pai”<sup>10</sup>.

Em relação ao apoio das províncias Cochrane relata o posicionamento do Norte sob o comando de Madeira de Melo, o qual julga o ataque mal sucedido as tropas brasileiras como proveniente de falta de competência na organização militar; no entanto, possuíam uma numerosa e bem equipada esquadra que tornavam-se empecilho para forças brasileiras atuarem nestes locais, sendo também salientada a adesão das províncias do sul ao Imperador. A julgar-se as forças armadas que dispunha o imperador encontrava-se em péssimo estado tanto a única nau quanto a maruja, levando ao comércio de cabotagem:

“Viu S. M. Imperial que, sem armada, o desmembramento do Império [...] era inevitável; e a energia do seu Ministro Bonifácio em preparar uma esquadra, foi tão louvável [...]. Entrou-se com entusiasmo numa subscrição voluntária: bandos de artífices correram aos arsenais; a única nau de linha no porto requeria quase ser de todo reconstruída; mas o

---

<sup>9</sup> COCHRANE, 2003, p. 34.

<sup>10</sup> COCHRANE, 2003, p. 32.

tripular de maruja nativa esse e outros vasos prestáveis era coisa impossível”<sup>11</sup>.

O fato é que a necessidade do bloqueio marítimo era ponto estratégico para o Brasil, já que era um país com poucas vias de comunicação terrestre, sendo a formação de uma Marinha de guerra de suma importância para efetivação das operações.

Ao descrever a Marinha, Cochrane deixa claro sua repulsa pela tripulação desta, questionando a participação portuguesa nela existente; era como se o Lorde encarasse como uma espécie de contradição, uma “anomalia” lutar contra forças portuguesas e permitir a existência destas na corporação da marinha brasileira:

Não obstante os louváveis esforços da administração para pôr a sua marinha em oposição que lhe dava honra quanto aos vasos, a falta de marinhagem se fazia severamente sentir, e pouco mais se havia feito do que meter a bordo uma quantidade de marujos portugueses, cuja fidelidade à causa imperial era duvidosa<sup>12</sup>.

A preocupação de Cochrane quanto ao pagamento do soldo se faz desde o momento de sua contratação, evidenciando o reconhecimento de seu trabalho, o qual não aceitava receber abaixo do que lhe era pago no Chile. Aos olhos do Lorde a economia brasileira era caracterizada como “falsa”, tendo-se instalado na administração naval do nosso país uma das piores economias:

...darei breve notícia da marinhagem, que com exceção a tripulação da Maria da Glória, era mui questionável qualidade, - compondo-se da pior classe de portugueses, com quem a porção brasileira da gente mostrava evidente repugnância a misturar-se. Fazendo perguntas, vim a saber como a paga que recebiam era somente de oito mil-réis por mês enquanto no serviço mercante, dezoito mil- reis era o preço corrente para bons marinheiro [...]. A pior sorte de economia- a economia falsa - evidentemente se havia estabelecido na administração naval do Brasil<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> COCHRANE, 2003, p. 33.

<sup>12</sup> COCHRANE, 2003, p. 45.

<sup>13</sup> COCHRANE, 2003, p. 42.



Não medindo esforços para angariar o real valor de seu trabalho, no dia 26 de março Cochrane é nobilitado com a patente de Primeiro Almirante da Armada Nacional e Imperial e a promessa de soldo que lhe era devido:

“Hei por bem conferi-lhe a Patente de Primeiro Almirante da Armada Nacional e Imperial, vencendo de soldo anualmente onze contos, quinhentos e vinte mil-réis, tanto em terra como no mar, e mais de comedorias, estando embarcado, cinco contos setecentos e sessenta mil-réis, que são os mesmos vencimentos que tinha no Chile;[...] a este posto de Primeiro Almirante , que sou servido criar unicamente nesta ocasião pelos expendidos motivos, e particular consideração, que merece o mencionado Almirante Lorde Cochrane [...]”<sup>14</sup>

É descrito por Cochrane e reiterado por Lopes e Mota (2008) que capitães queixavam-se das dificuldades com que tinham que lutar devido ao comportamento das tripulações e as fidalguias dos soldados, de modo que os soldados achavam-se senhores de si, sendo que não havia disciplina de nenhuma das partes envolvidas.

Cochrane, ao ouvir D. Pedro repetir diversas vezes que os combates se dariam contra “as forças parlamentares portuguesas”, tratando-se de uma guerra contra as cortes e não contra o rei ou a nação portuguesa, defende que este posicionamento era uma distinção sem diferença referente à conduta das hostilidades, e que isso de certo modo excedia a sua compreensão.

Thomas Cochrane descreve como curiosa a cena do ritual do beija-mão a Sua Majestade D. Pedro, identificando como paternal o modo como os súditos e o próprio imperador reagiam. Diante disso, podemos perceber um projeto de Independência arraigado a costumes do Antigo Regime.

Algo intrigante na narrativa do Lorde refere-se ao trato do partido português, que segundo ele, só merecia ser censurado quanto a desordem difundida a fim de barrar o projeto de independência sem importa-se com nada e expondo demais províncias a anarquia e confusões, já que a influência dos portugueses era grande, se não maior que o

---

<sup>14</sup> Fragmento da carta de Luís da Cunha Moreira IN COCHRANE, 2003, p. 49.

dos brasileiros, agindo de modo sistemático no aumento aos desafetos entre D. Pedro e as províncias do Norte. O mesmo elenca que a fidelidade das províncias era uma questão de “interesse próprio” para restabelecimento dos antigos monopólios comerciais.

Apesar de destacar o jogo de interesses das províncias do Norte que apoiavam a Coroa, o mesmo chega a contradizer-se e cogitar justificativas para o posicionamento do partido português. Não aderindo a este, argumenta ser mais perigoso que entrar em combate com o inimigo, sendo a luta de intriga igualmente estranha ao seu natural como ao seu desejo:

“Não é minha intenção por um só momento imputar motivos maliciosos à facção portuguesa no Brasil. [...] de sorte que a mesma facção tinha direito ao louvor de lealdade, tanto mais que naquele tempo poucos contavam com a separação de mãe pátria. O Império mesmo, ainda não tinha seis meses de idade, e portanto não havia de censurar aos duvidosos de sua estabilidade.[...] Se eu, nesse tempo, tivesse conhecido quanto era a influência e latente poder do partido português no Império, nem todas as chamadas concessões feitas por Andrada me houberam induzido a aceitar o comando da marinha brasileira; porquanto o contender com facções é mais perigoso que entrar em combate com um inimigo, e uma luta de intriga era igualmente estranha ao meu natural como ao meu desejo”<sup>15</sup>.

De acordo com o seu Diário Militar, no dia 29 de março uma proclamação do Governo Imperial informou que a Bahia encontrava-se bloqueada pelos portugueses que portavam uma força naval e militar, com êxito para comprimir e paralisar aqueles favoráveis a Independência. A este bloqueio, Luís da Cunha Moreira lhe endereça a seguinte carta:

Primeiro Almirante Lorde Cochrane, Comandante e chefe da esquadra[...] vá debandar a Bahia, pondo em rigoroso bloqueio, destruindo, ou tomando todas as forças portuguesas, que encontrar, e fazendo todos os danos possíveis aos inimigos deste Império ficando finalmente á disposição do mesmo Primeiro Almirante obrar como for conveniente contra as forças inimigas, salvando aquela cidade da escravidão a que está reduzida pelos inimigos da causa do Brasil, e entendendo-se para esse fim com o General Labatut, Comandante do Exército do Recôncavo, prestando-se com a força que leva à sua disposição para o bom êxito da comissão, glória das Armas Nacionais e Imperiais Palácio do Rio de Janeiro em 30 março de 1823<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> COCHRANE, 2003, p. 48.

<sup>16</sup> Carta de Luís da Cunha Moreira IN COCHRANE, 2003, p. 47.

O primeiro confronto contra os portugueses, na Bahia, foi descrito por Cochrane como “aborrecido com falhar no intento”, o qual deixou o porto do Rio de Janeiro em 3 de abril portando quatro navios: Pedro I, Piranga, Maria da Glória e Liberal. A embarcação Pedro I comandada por Cochrane era composta por 160 marinheiros ingleses e americanos e 130 escravos recém-libertos que “formado pela vagabundagem da capital”.

O combate sucedeu-se no dia 4 de maio, observando o Lorde a partir daí a fragilidade dos recursos disposto as forças brasileiras, enquanto as tropas portuguesas gozavam de “uma nau de linha, cinco fragatas, cinco corvetas, um brigue, e uma escuna”. Ele ainda lidava com atos de sabotagem por parte dos marinheiros portugueses que compunham a tripulação, recusando a reposição de pólvora no Pedro I ao qual comandava, aliada a falta de disciplina da tripulação em obedecer suas ordens, sendo forçado a bater em retirada devido as circunstância, justificando o mesmo que “se esta embarcação houvesse estado ontem tripulada e equipada como de via ser, e isenta das desvantagens mencionadas, não tenho dúvida alguma em meu espírito, de que, sozinha, haveria desmantelado metade dos navios inimigos”<sup>17</sup>.

Numa carta endereçada ao Ministro da Marinha, Cochrane elenca a situação de fragilidade em que se encontrava as forças navais brasileiras, das quais os canhões funcionavam mal, as velas encontravam-se podres, a pólvora era má qualidade, alcançando somente metade da distância necessária, as peças não tinham fecho, reparo do monteiro encalhou ao primeiro tiro. De modo geral, Thomas Cochrane afirma que tanto o Navio Pedro I que se encontra em melhores condições, “como todo resto é tão mal equipada que se torna muito menos eficiente do que aliás podia ser”<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> COCHRANE, 2003, p. 53.

<sup>18</sup> Carta de Cochrane a José Bonifácio IN COCHRANE, 2003, p. 55.

Reiterando o Ministro da Marinha das circunstâncias Cochrane rumo para o Morro de São Paulo, onde toma a decisão de usar apenas a embarcação Pedro I para o combate e deixa a Maria da Glória na espreita dos movimentos do inimigo. No dia 26 de maio de 1823 houve uma aproximação das tropas de Melo, mas depois retiram-se e continuaram a realizar o mesmo procedimento, sendo que suas tropas não podiam avançar devido as circunstâncias da frota. Em 2 de junho os portugueses retornam ao porto enquanto Cochrane esperava a primeira oportunidade para atacar ao enlace de seus brulotes. No dia 8 desse mesmo mês progrediram os preparativos para o ataque logo mais à noite, enquanto no dia seguinte o inimigo resolve destruir os brulotes brasileiros que encontravam-se no Morro de São Paulo, porém o ataque é abandonado e os portugueses pretendem evacuar o porto.

Em vez de atacar os navios portugueses, Cochrane decidiu bloqueá-los no porto de Salvador, sendo que os portugueses encontravam-se sitiados pelo exército brasileiro no Recôncavo, impedidos de receber suprimentos e reforços. Foi no dia 12 que o ataque se concretizou, como planejado Cochrane e sua tripulação entra pelo rio acima a noite, embora o vento tenha contrariado o plano eles, fazem caminho entre as embarcações e se identificam como ingleses ganhando posição em virtude do rio, tomando os mantimentos dos treze navios adversários.

As investidas de Cochrane, Madeira de Melo expede uma proclamação retratando-se com os habitantes e alertando-os de uma possível evacuação;

“A crise que nos achamos é perigosa, porque nos faltam os meios de subsistência, e não podemos assegurar a entrada de mantimentos alguns. O meu dever como soldado, e como governador, é de fazer todo sacrifício a fim de salvar a cidade: mas é igualmente meu dever o impedir, num caso extremo, o sacrifício das tropas que comando [...]Não vos persuadais que medidas de prevenção sejam seguidas por desastres[...]Ficai certos, que as medidas agora tomadas, são de simples precaução, mas é preciso comunicar-vo-las, porque, se acontecer que tenhamos de abandonar esta cidade, muitos de vós a deixarão também;

e eu seria responsável para com a nação e pra com El- Rei se vos não tivesse previamente avisado”<sup>19</sup>.

Dessa maneira no dia 1 de julho de 1823, Melo e demais portugueses embarcam às pressas sendo permitido, segundo os escritos do Lorde para prevenir eventuais ataques que resultasse na destruição dos navios; no entanto, o mesmo ordenou perseguição e vigilância aos adversários a fim de evitar novo refúgio no Brasil. Assim, “no dia 2 de julho, toda a força portuguesa, naval e militar, levantou ferro, e deu à vela”. E continua relatando:

“Em 29 de junho, foi-me comunicado por pessoas favoráveis à causa imperial, que se tinha feito um conselho de guerra, onde se resolvera retirar a esquadra para Santa Catarina ou para o Maranhão, e não só a esquadra mas também as tropas – abandonando assim a cidade e província da Bahia à esquadra imperial; entendendo o conselho, que eu estimaria muito deixá-los passar para outra parte da costa, visto que o retirarem-se daria em resultado a ocupação da Bahia.”<sup>20</sup>

Descreve Cochrane que fazer presas para a capitania não foi muito dificultoso, no entanto seu grande objetivo era impedir que o inimigo desembarcasse suas tropas numa outra localidade e por isso fez-se necessário seguir de perto os transportes e os navios de guerra. Este, admite-se seguro de sua empreitada, embora pudesse se considerar um ato de temeridade um só navio dá caça de treze.

As tropas portuguesas foram seguidas por Taylor capitão do navio Niterói, de modo que recebeu ordens de Cochrane para cortar os mastros de todos os navios que pudessem abordar a fim de dificultar a navegação, tomar posse das presas, deitar-lhe suas armas no mar e jurar não desempenho de serviços contra o Brasil, “pois que tudo se achava pronto, tanto a bordo da capitânia como da *Maria da Gloria*, para dar caça imediata, logo que a totalidade se achasse fora do porto”<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Retratação de Madeira de Melo IN COCHRANE, 2003, p. 68.

<sup>20</sup> COCHRANE, 2003, p.63.

<sup>21</sup> COCHRANE, 2003, p.72.

Buscando acompanhar de perto a saída dos portugueses do território brasileiro, a capitania comandada por Cochrane dá caça a meia dúzia de navios considerados suspeitos, o qual foi identificado como Grão-Pará composto de uma divisão de tropas com afincos em estabelecer a autoridade portuguesa na província do Maranhão. O Grão-Pará fica a cargo do tenente Grenfell que usa das mesmas técnicas que Cochrane para abordar o navio inimigo.

Um elemento grifado por Cochrane é uma possível redução da Província ao reconhecimento da autoridade do Imperador, ou seja, o Lorde considerava relevante o reconhecimento de D. Pedro I por parte da população como brecha de auxílio à Independência. Embora afirma o mesmo que “tal sacrifício nos houvera devido assegurar melhor tratamento do que subsequentemente usou conosco a Administração de um país cuja completa independência fora desta sorte conseguida por sacrifícios pessoais nossos”.<sup>22</sup>

Referente a sua contribuição para a consolidação da independência brasileira, nosso personagem admite a execução de instruções além daquelas externadas pelo Imperador, deixando claro seu modo de resolver as coisas. Diante de seu posicionamento podemos levantar a hipótese que o mesmo esperava do governo brasileiro ações enérgicas e astuciosas, como as realizadas por ele, perseguindo, intimidando e bloqueando as ações dos portugueses.

Após cumprir sua missão na Bahia, Cochrane partiu para o Maranhão em 26 de julho de 1823, devido suspeita de uma nova instalação do poderio português em detrimento do projeto de independência do Brasil. Em meados do final de julho de 1823 o interior do Maranhão encontrava-se ocupado pelo exército de voluntários piauienses e cearenses convergente à causa da Independência. Cochrane, por sua vez, utilizou de

---

<sup>22</sup> COCHRANE, 2003, p.74.

astúcia ao enganar os militares do porto blefando tratar-se-á de uma embarcação inglesa através do hastear duma bandeira desta nação, indo ao seu encontro o brigue D. Miguel, do qual ele conseguiu informações acerca da existência de reforços portugueses naquela localidade, ao mesmo tempo em que compreendeu a importância daquela região para a Coroa portuguesa.

Novamente Cochrane usa de seu poderio intimidador associado a astúcia e ao blefe para convencer o Capitão Garção que fora capturado do brigue São Miguel, a entregar cartas direcionadas ao Governador e a Junta e a noticiar aos habitantes do Maranhão a existência de uma enorme quantia de embarcações e de tropas de guerra em posto para combate. Embora houvesse preocupação caso demorasse o posicionamento do inimigo, relacionado ao blefe das embarcações e tropas, Cochrane afirma que “a sensação causada pela evacuação da Bahia deu probabilidade as suas alegações, e aumentou a desanimação dos portugueses, de modo que a astúcia saiu completamente bem”<sup>23</sup>.

Mesmo recebendo imediatamente resposta, o lorde não aceita por se tratar de capitulação condicional. Para intimidar o adversário Cochrane adentra o rio e ancora o navio Pedro I no forte, de modo que no dia 27 de julho de 1823 a Junta e demais localidades aderiram ao Império, embora com alguma hesitação. Tendo o tenente Grenfell hasteado a bandeira brasileira em detrimento da portuguesa.

Assim, oficialmente no dia 28 de julho de 1823, segundo Thomas Cochrane é declarada Independência do Maranhão, mesmo havendo opositores a este evento. Embora preocupado com uma possível sublevação mediante seu blefe o mesmo endereça uma carta ao general que se prontifica em despachar os portugueses para Lisboa. Em sua carta ao general A. A. de Faria, essa medida é tida como demasia branda, já que brasileiros de

---

<sup>23</sup> COCHRANE, 2003, p. 84.

boa índole foram presos recebendo tratamentos severos, mas ele acaba concordando com o posicionamento de Farias para livrar-se a todo custo dos portugueses.

Mais uma vez, ele efetiva ordens que não lhe competem, provendo administração do governo do Maranhão, declaração de livre comércio e admissão de juramento a constituição aos brasileiros e portugueses que permanecessem no país, essa última frisa que a influência das elites locais no processo de independência nas regiões do Brasil não passou despercebidas aos olhos de Cochrane.

De acordo com Cochrane é em 20 de agosto que as tropas portuguesas deixam majoritariamente o Brasil, encontrando-se o Maranhão livre, por medidas adotadas por sua responsabilidade, evidenciando excesso de autoestima. Segundo a proclamação imperial, a brigada D. Miguel foi adicionada a Marinha do Brasil, rebatizado por Cochrane como Maranhão, o qual ficou a cargo do tenente Grenfell na luta pela Independência do Pará.

Acerca da nova Junta do Maranhão, Thomas Cochrane a critica, afirmando que ela caracterizava-se como um elemento que convertia a liberdade adquirida numa espécie de despotismo, confirmado pelas conexões familiares que compunham, na demissão de outrem em virtude de seus consignados.

“A junta do Maranhão parecia, na verdade, não ter mais objeto que mostrar como a liberdade novamente adquirida podia degenerar em despotismo. Era, em sua maioria, composta de homens, não só ligados entre si por conexões de família e amizade particulares, mas parentes próximos, como membros de uma família influente”<sup>24</sup>.

É evidente no discurso de Cochrane a preferência de Governo “mais compreensivo” em detrimento do modelo despótico aderido e defendido pela Junta do Maranhão. Um desses eventos é descrito em seu Diário quando da deposição do general-

---

<sup>24</sup> COCHRANE, 2003, p. 101.



das-armas em consagração de Luís Salgado, onde é ainda concedida uma gratificação “à tropa desordeira”. O Lorde ainda frisa pelo estabelecimento de uma constituição, na qual conotasse estabilidade em questão dos estados europeus.

Quando de sua nobilitação como Marquês do Maranhão, Cochrane mostra-se satisfeito. No entanto, os bens e rendimentos propostos desde sua contratação “nunca se deram”, sendo que diversas fazendas foram tomadas da Coroa portuguesa e adicionadas ao domínio Imperial, de modo que aglutinou ainda mais a decepção do Lorde perante Vossa Majestade e descontentamento com Assembleia Geral por mencionar “que em me outorgar-me assim bens, tinha Sua Majestade exercido prerrogativa feudal incompatível com um país livre”. Sua observação é de que:

“A inconsistência disso foi notável, vendo-se ter eu sido o meio de acrescentar ao Brasil um território maior que metade da Europa- serviço pelo qual tantos agradecimentos me deram o Imperador, seus ministros, e a mesma Assembleia Geral- recusando, apesar disso, esta última corporação confirmar a outorga de parcela ainda a mais mínima do vasto território inesperadamente assim acrescentando ao Império”.<sup>25</sup>

A crítica de Cochrane também diz respeito ao novo conselho adotado por D. Pedro I no ano de 1823, logo da demissão de José Bonifácio em julho desse mesmo ano. O novo Conselho é identificado como favorável aos interesses de Portugal, percebendo dessa maneira uma espécie de contradição, onde lutava-se por um projeto de Independência, no entanto os novos encarregados do Imperador tinham predileção pela Coroa. Isto de certa forma, comenta Lorde Cochrane, tornava-se “fatal” a anexação das províncias do Norte.

Identificamos, em sua narrativa, uma decepção de Cochrane quanto ao posicionamento D. Pedro I frente as suas reivindicações de melhoria para a marinha, a dúvida noção de atacar as Corte e não D. João e a nação portuguesa, o pagamento do soldo. Era um sentimento de injustiça perante seus atos para com o povo brasileiro. Assim, no

---

<sup>25</sup> COCHRANE, 2003, p.103.

suportando mais a falta de posicionamento do Governo frente a pouca importância dado ao seu trabalho ele endereça ao Imperador uma carta, fazendo-lhe algumas indagações:

Mas, Senhor, perguntarei a tão miseráveis estadistas, qual seria a situação do Brasil, se os oficiais e gente do mar estrangeira tivessem recusado entrar no serviço- -como teria sucedido, a não se ter prometido dinheiro de presas? [...] A guerra militar assolaria ainda o interior, e a frota hostil estivera agora ocupada em bloquear o próprio Rio de Janeiro. Não seria melhor que o Governo tivesse de pagar o valor destas presas mesmo em dobro- do que o terem deixado calamidades tais de evitar-se?<sup>26</sup>

Relacionado ao afastamento dos Andrada, Cochrane encara como um procedimento injusto, já que este foi o braço direito do Imperador no Projeto da Independência, sendo a concessão do desterro a estes lastimável e a criação dum novo conselho seu declínio:

“Os Andrada foram presos logo depois e desterrados- procedimento impolítico e injusto para com homens que tinham lançado os fundamentos da Independência brasileira, e que eram não menos distintos por honradez que por sua capacidade. Por consentir no seu desterro perdeu Sua Majestade três valiosos servidores, e ao mesmo tempo se pôs nas mãos de uma facção a quem depois nunca pôde refrear, e que por fim o forçou a deixar o trono”<sup>27</sup>.

O principal objetivo da nova administração frisado por Cochrane estaria associado a limitação das funções do Imperador, levando-o a praticamente uma subversão de sua autoridade, encontrando-se assim, como um Império vacilante, desprovido de poderio ante os interesses que o envolviam. Assim, em carta direcionada a D. Pedro Cochrane descreve ser seu dever para o governo que servia era falar-te a verdade, pois o acha o modo mais honrado de proceder, mesmo sabendo que na maioria das vezes não venha conseguir agradecimento por advertido tal perigo. Pois, “as verdades são muitas vezes desagradáveis àqueles que não estão habituados a ouvi-las, e dobradamente

---

<sup>26</sup> COCHRANE, 2003, p. 133.

<sup>27</sup> COCHRANE, 2003, p. 110.

ofensivas depois de longa experiência das homenagens de obediência e subserviência cegas”<sup>28</sup>.

Segundo o Diário o poderio do partido que encontrava-se na Assembleia Legislativa no momento discutido, questionava os limites do poder do Imperador, ocasionando na privação do conselho de estado, não participação da confecção de leis e funções administrativas, não concessão a doações em recompensa por serviços públicos, sendo este último engodo de “suas” desavenças.

A respeito da dissolução da Assembleia de modo excluir os deputados, Cochrane admite-se partidário inconscientemente para com a facção de cunho português atraindo ressentimentos, pois “aconselhei Vossa Majestade a banir seus opositores. Sendo os termos da patente solenemente conferidos, violados sem justificativa, pois segundo o Lorde era “como se a fidelidade aos contratos não fosse parte da honra e boa-fé nacional”<sup>29</sup>. Assim, preconizava:

Permita-me dizer, em conclusão que os ministros de S. M. Imperial estão identificados com o Tribunal do Almirantado, e com os oficiais que conservam nas diferentes repartições. Tenham cuidado- repito- que a influência das mesmas causas não venha a produzir iguais efeitos; porque se a conduta destes indivíduos for causa de se o serviço naval abandonado, e por aí- como consequência necessária- ocasionarem grandes desastres ao Império, estou convencido que, em breve espaço, todas as tropas no Rio de Janeiro não serão capazes de reprimir a tempestade que se levantará contra os facciosos portugueses.<sup>30</sup>

A respeito da infidelidade para com as leis seu Diário salienta a revogação do decreto imperial de 11 de dezembro de 1822 que dotava direito as presas aos seus tomadores, alegando a junta que não mais fossem presas legais aquelas tomadas a certa distância da costa, onde frisa Cochrane ser aquela distância localidade de bloqueio efetivo, de modo que a investida da Junta facilitava as ocupações das embarcações

---

<sup>28</sup> COCHRANE, 2003, p. 134.

<sup>29</sup> COCHRANE, 2003, p. 113.

<sup>30</sup> COCHRANE, 2003, p. 135.

inimigas. Sem olvidemos ainda que “em uma palavra, nada se há feito em cumprimento das graciosas determinações de Sua Majestade, dadas em 12 do próximo passado mês, para que os negócios das presas fossem logo ajustadas”<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> COCHRANE, 2003, p. 132.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que as lutas acerca da consolidação da Independência do Brasil nas províncias do Norte, está associado a perda de manutenção de privilégios destas províncias. É evidente que a predileção de Bahia, Pará e Maranhão pelas propostas das Cortes portuguesas envolve um jogo de interesses nessas localidades em troca de seu apoio, pois não olvidemos que nem toda população baiana ou paraense estava de acordo com o Constitucionalismo federalista proposto pela Corte, bem como nem todos da região sudeste estavam de acordo com o proposto pelo Imperador. Compreendemos que o apoio prestado a ambos os lados converge com a crença de que convinha defender o projeto político que trariam maiores vantagens.

O posicionamento D. Pedro diante das guerras, ao contratar oficiais ingleses para consolidar a Independência e expurgar os portugueses, torna-se dúbio ao dizer-se não lutar contra D. João e o povo português. Quanto a contribuição dos oficiais ingleses contratados, elencamos que de certo modo estes agiam como tal, pautado em decretos vigentes na localidade como é o caso, do de 11 de dezembro de 1822, por isso a importância dada a patente por Cochrane e tantos outros. Frisamos que o Congresso de Paris declarou abolido o corso, mediante Tratado de 16 de abril de 1856, o qual foi aderido pelo Brasil, onde percebemos que até essa data os oficiais não poderiam se considerados como piratas ou mercenários, pois encontravam-se dentro da lei.

O fato é que a audácia e a experiência de Cochrane em efetivar ações que não lhe foram inferidas evidenciam por um lado, autonomia e dificuldades em obedecer ordens como costumes desses oficiais debandados da Royal Navy, enquanto por outro frisa o despreparo do Imperador para lidar com o projeto de Independência.

Desse modo, encaramos nossa pesquisa como mais uma das contribuições acerca do estudo de diários ou de memórias biográficas. Mediante nossos questionamentos buscamos demonstrar que o estudo de fontes subjetivas oferece ricas informações do passado e contribuem a releitura de respectivas ações históricas, pois não olvidemos que a produção subjetiva também é condicionada socialmente.

Enfim, a breve análise da “Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa” de Thomas John Cochrane foi importante esforço para compreender a visão deste que durante muito tempo perpetuou na historiografia como mero corsário, sendo que sabemos haver muito mais a analisar nesta escrita de si, deste oficial.

## FONTES:

Cochrane, Thomas John, 10th Earl Don Donald, 1775-1860. **Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, v.16,2003. 276 p. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACCIOLY, I. **Memória histórica e política da província da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1931.v.3-4.

ANTONIO, E. M.M. **A Independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro, Sergipe (1750-1831)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista.

BARMAN, R. J. **BRASL: The Forging of a Nation (1798-1852)**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

BEATTIE, Peter. **The Tribune of Blood: Army, Honor, Race and Nation in Brasil, 1864-1945**. Durnham e Londres: Duke University Press, 2002.

BERBEL, M. **A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821- 1822)**. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 1999.

BERNARDES, D. A. de M. **Pernambuco e o Império (1817-1822): sem constituição soberana não há união**. In: JANCSÓ, I. (Org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo/ Ijuí: Hucitec, Fapesp/ Unijuí, 2003.

BERSTEIN, Serge. **“A cultura Política”**. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. (Orgs.) *Para uma história Cultural*. Lisboa, Estampa, 1998.

BITTENCOURT, V. L. N. **De alteza real a imperador: O governo do príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822**. São PAULO, 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BORGES, Vavy Pacheco. **“História e política: laços permanentes”**. In: *Revista Brasileira de História – Política & Cultura*. São Paulo, Editora Marco Zero, v. 12, n 23/24, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro. FGV, 2005, pp. 183-91.

BLOCH, Marc. **A observação histórica**. In: *Apologia da história, ou ofício do historiador*. Rj: Jorge Zahar. Editora, 2001.

CARVALHO, M.J.M. **Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste: (1817-1824)**. In: JANCSÓ, I. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Fapesp/ Hucitec, 2005.

COGGIOLA, O. (Or.). **A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina**. São Paulo: Nova Stella/USP/CNPQ, 1990.

CUNHA, Maria Teresa. **Diários pessoais: territórios abertos para a História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (Orgs). *O Historiador e suas fontes*. Editora Contexto, 2001.

DIAS, M. O. L. da S. **A Interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005 a.

DONATO, Hernani. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. BIBLIEX. Rio de Janeiro, 2001.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**. Globo. Porto Alegre, 1978.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Pequeno dicionário da língua portuguesa**. 11ed. Ilustrado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de Si: escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Laurentino. **1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Editora Centauro, 2006.

HENRIQUE, Marcio Couto. **Um toque de voyeurismo: o diário íntimo de Couto de Magalhães**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.

JANCSÓ, I. (Org). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Fapesp/ Hucitec, 2005.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.

\_\_\_\_\_. **Documento/ monumento**. Trad. Bernardo Leitão ET. AL. São Paulo: Editora de Unicamp, 1990.

LEME, M. S. **Relações Estado e sociedade no período da independência: a visão de Hipólito da Costa**. In: LEME, M. S.; MALATIAN, T.; MANOEL, I. A. (Orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: Editora Unesp, 2003.

LYRA, M. de L. V. **A utopia de um poderoso império**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MELLO, E. C. de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 q 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004.

LYRA, M. de L. V. **A independência e a construção do império**. São Paulo: Atual, 1998.



LOPEZ, Adriana, Mota, Carlos Guilherme. **História do Brasil: Uma interpretação**. Editora: Senac. São Paulo, 2008.

NEVES, L.M. B. P. das. **Estado e política na independência**. In: GRINBERG, K.; SALES, R. (Org). O Brasil imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

OLIVEIRA, C. H. de S. **A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)**. Bragança Paulista: EdUFS /Ícone, 1999.

RÉMOND, René. RÉMOND, René. **“Do Político”**. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Editora FGV, 1996.

RODRIGUES, J. H. **Independência: revolução e contra- revolução**. Rio de Janeiro; Francisco Alves, 1975.

\_\_\_\_\_. **A Assembleia Constituinte de 1823**. Petrópolis: Vozes, 1974.

RUSSEL- WOOD, A. J. R. **Centros e periferias no mundo luso-brasileiro: 1500-1808**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.18, n36, 1998.

SARLO, Beatriz. **Tiempo Pasado – cultura de la memoria y giro subjetivo**. Buenos Aires, Siglo Veintiuno. Editores, 2000.

SLEIMAN, A. **Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822- 1834)**. São Paulo. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SOUSA, A. M. de. **Bahia: de capitania a província (1808-1823)**. São Paulo: 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

VALE, Brian. **Independence or dearth. British sailors and brazilian Independence. 1811-1823**. London-New York: Tauris Publishers, 1996.

VARNHAGEN, F. **História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal**. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

WISIAK, T. **Itinerário de Bahia na independência do Brasil**. In: JANCSÓ, I. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Fapesp/ Hucitec, 2005.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS:

GALSKY, Nélío. **Mercenários ou libertários: As motivações para o engajamento do Almirante Cochrane e se grupo nas lutas da Independência do Brasil**, 2006, 138p. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Faculdade de História. Disponível em: [http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2160](http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2160)  
Acesso em: 19/02/2016

LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Os Mercenários do Imperador**. Biblioteca do Exército Editora. 1996. Rio de Janeiro. Disponível em:

[http://www.academia.edu/7722067/Os\\_Mercen%C3%A1rios\\_de\\_Dom\\_Pedro\\_I](http://www.academia.edu/7722067/Os_Mercen%C3%A1rios_de_Dom_Pedro_I)

acessado em: 20/02/16

Lenz, Sylvia Ewel. **MEMÓRIAS DE OFICIAIS ALEMÃES DO EXÉRCITO IMPERIAL**. In: 'Usos do Passado' — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006. Disponível em:

<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Sylvia%20Ewel%20Lenz.pdf>

acessado em: 09/03/2016

BORGES, José Ferreira. **Diccionario jurídico comercial**. Imprensa: Porto, Typographia de Sebastião Jose Pereira, 1856. Descrição Física: VIII, 423 p. Disponível em:

<http://purl.pt/298/1/index.html#/121/html> acessado em: 09/03/2016